



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO – CAU/MT
75ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Local: Sede do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 2368, sala 101, Edifício Top Tower, bairro Jardim Aclimação.

CUIABÁ-MT, 28 DE ABRIL DE 2018

ATA DA SESSÃO PLENÁRIA

Início: 08h15m

Término: 10h50m

1.PRESENCAS:

1.1 MEMBROS DO CAU/MT: Presidente: ANDRÉ NÖR; Conselheiro Suplente: CARLOS RE-NATO PINA DOS SANTOS; Conselheiro Titular: JOSÉ ANTÔNIO LEMOS DOS SANTOS; Conselheiro Suplente: GUILHERME DE SOUZA ZERWES; Conselheiro Titular: JOSÉ DA COSTA MARQUES; Conselheira Suplente: JULIANA BEATRIZ MAYUMI TANAKA; Conselheira Titular: VANESSA BRESSAN KÖEHLER **1.2 EQUIPE DO CAU/MT:** Gerente Geral: LUCIMARA LÚCIA FLORIANO DA FONSECA; Secretária Geral: MÔNICA SOARES DE CAMPOS; Assistente Administrativo: JOSÉ PAULINO ROCHA JÚNIOR **2 ABERTURA DOS TRABALHOS:** Às 08h15m após a verificação do *quórum*, o **PRE-SIDENTE** inicia a reunião e solicita a execução do hino nacional. O **PRESIDENTE** segue com a apreciação da Ata 73ª do mês de fevereiro e coloca em regime de votação, a aprovação da Ata 73ª Reunião Plenária Ordinária do CAU/MT, sendo aprovada. O **PRESIDENTE** segue com a apreciação da Ata 74ª do mês de março e coloca em regime de votação, a aprovação da Ata 74ª Reunião Plenária Ordinária do CAU/MT, sendo aprovada. O **PRESIDENTE** agradece a participação na Plenária dos três Conselheiros Suplentes. O **PRESIDENTE** segue com os comunicados dos Coordenadores de Comissão. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** faz o relato da Comissão Temporária para Aquisição da Sede do CAU/MT, onde em reunião elaboraram um programa de necessidades para ser feita a Licitação e que foi apreciada pela Plenária. Comenta que subsidiou o Termo de Referência e o Edital de Chamamento Público para compra. O Conselheiro comenta que houve divergência nas datas da Licitação e a Comissão de Licitação entendeu protelar a data e fazer uma nova convocação publicada em Diário Oficial. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** aponta que por isso a reunião da Comissão precisou ser cancelada, pois seria para apreciar o resultado do certame. Relata que o resultado será encaminhado à Plenária. O Conselheiro comenta que o CAU/MT tem urgência em sair do atual imóvel, por motivos de contrato e também porque o espaço novo servirá para ministrarem palestras, fomentar a questão de cursos. A Conselheira **VANESSA** faz o relato da Comissão de Exercício Profissional, onde houveram assuntos corriqueiros de análise de processos. A Conselheira faz o relato da Comissão de Ensino e Formação e comenta que também fizeram análise dos processos de Registro Profissional. A Conselheira **VANESSA** comenta que fez uma reunião com alguns profissionais na sede do CAU e que foi interessante. Sugere que essas reuniões se tornem corriqueiras e solicita a disponibilidade da sala de reuniões do Conselho, para que aconteçam pelo menos uma vez ao mês no período noturno. Relata que foi sugerido também para as reuniões acontecerem no sábado de manhã, mas tem receio que não tenha adesão. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** solicita abordar o assunto na pauta livre, sobre a PL e de tornar corrupção o exercício ilegal da profissional, sendo fundamental o CAU ter o papel de reforçar esse processo. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** faz o relato da Comissão de Ética e Disciplina, onde a Comissão tem se reunido para julgar as denúncias que se iniciaram na Gestão passada. Aponta que a TODIMO tem mais processos e que alguns profissionais não foram localizados ainda. Relata que esses processos estão sendo analisados pela Conselheira Isabella e acredita que na próxima reunião será deliberado. O Conselheiro comenta que alguns processos já foram resolvidos e outros não se manifestaram sobre a denúncia, mas que na próxima reunião será deliberado. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** relata que estão com poucos processos e acredita que farão mais uns seis despachos, limpando a pauta e ficando sem nenhum processo para ser julgado. Comenta que mudaram a postura em relação as pessoas que cometem alguns atos e que já foi conversado, em relação a cobrança de valores irrisórios nos serviços de Arquitetura que estão espalhados na cidade. O Conselheiro entende que o livre mercado é bem-vindo, mas não é saudável esse tipo de comportamento e que desvaloriza



55 a categoria como um todo. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** relata que ao invés de notificar a pessoa,
56 abrir um processo para que se manifeste, entende que o profissional tem que ser concededor das suas
57 leis e que está notificando para as pessoas retirarem a placa e a propaganda irregular, pois alguns
58 escritórios são comandados por leigos, o acobertamento que é difícil identificar, mas que divulgam as
59 placas. O Conselheiro comenta que notificou esses escritórios para que tenham o profissional respon-
60 sável nas placas e acredita que o problema será resolvido, pois eles não querem ter um profissional a
61 frente. Relata que acelerou o processo e que não abrirão processo, mas sim aplicar a multa já e que
62 o profissional que deve se manifestar, se defendendo e se achar que tem razão para isso. Aponta que
63 acelerará, pois está muito moroso o processo, com 6 meses para se fazer algo. O Conselheiro **JOSÉ**
64 **DA COSTA** comenta que com a notificação e a multa, a pessoa tem 24 horas para retirar a placa, a
65 propaganda ou a faixa, regularizando. Acredita que foi um passo muito importante dentro desse con-
66 texto. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** faz o relato da Comissão de Organização, Administração, Pla-
67 nejamento e Finanças e comenta que foi iniciado um trabalho extremamente importante, onde no Con-
68 selho há 16 colaboradores e foi percebido que não havia um procedimento de andamento dos traba-
69 lhos internos. Aponta que no Organograma os trabalhos não eram claros em relação a subordinação
70 e comenta que os trabalhos não estão sendo feitos por colaborador, mas pelo cargo ocupado, por
71 exemplo, Gerente Geral, Secretária e Gerente Técnica. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** comenta que
72 estão analisando esses cargos e delimitando as funções e as atribuições da pessoa. Aponta que cria-
73 rão um fluxo de procedimentos, de forma que poderão saber o andamento dos processos. O Conse-
74 lheiro aponta que eles têm uma dificuldade em relação ao sombreamento das atividades de um sobre
75 o outro, ficando um ponto negro, pois não se sabe quem deve fazer a ação. O Conselheiro aponta que
76 estão fazendo um trabalho longo, pois por exemplo, o setor de Compras tem que saber onde processa
77 o pedido, quem é o ordenador das ações, como o pedido chega até o setor, quais as especificações
78 não sendo algo muito simples. Relata que se não há um fluxo bem estruturado, o processo para e o
79 serviço não anda. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** relata que veio da outra Gestão, onde tinham
80 problemas como por exemplo, solicitaram computadores e o processo demorou 3 anos, no início da
81 Gestão, sendo adquirido recentemente. Comenta que faltou apurar arestas, pois precisam saber
82 quem está fazendo, o que e quando tem que terminar essa ação. O Conselheiro comenta que em
83 todos os processos estão criando o tráfego das ações, para que haja agilidade na Gestão, pois as
84 coisas parecem demorar demais. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** comenta que as vezes solicitam
85 um parecer ao outro setor, desnecessariamente. Relata que tinham um acúmulo no setor Jurídico, pois
86 todos queriam parecer Jurídico até para a compra de uma caneta, mas que foi cortado isso também.
87 O Conselheiro aponta que aliviaram o setor Jurídico e que retiraram a sua presença em todas as
88 reuniões, pois antes a mesma tinha que participar das reuniões de ética, tendo que pagar hora-extra
89 quase que dobrando o seu salário, não tendo necessidade. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** relata
90 que quando necessário o setor Jurídico fará esse parecer e entende que esses procedimentos agiliza-
91 rão as ações internas. Relata também que a Comissão deliberou sobre a Prestação de Contas Trimes-
92 tral. O **PRESIDENTE** faz o relato do Protocolo 682732/2018 sobre o conhecimento dos representantes
93 do CMDE do projeto do Rodoanel, onde a CEPUA deliberou recomendar aos Conselheiros represen-
94 tantes no CODEM, CMDE e Prefeitura de Várzea Grande que solicitem o projeto do Rodoanel para
95 conhecimento e avaliações. O **PRESIDENTE** comenta que esse assunto é de extrema importância
96 para a Região Metropolitana de Cuiabá/MT e o Conselheiro José Antônio aponta que é sabido sobre
97 essas travessias urbanas que estão acontecendo e sendo projetadas no estado de Mato Grosso. En-
98 tende que rodovia é rodovia, mas quando conecta com a cidade passa a ser um problema urbanístico,
99 não apenas um projeto de engenharia, tendo profundas influências para o bem e para o mal. O Con-
100 selheiro **JOSÉ ANTÔNIO** relata que é interessante que se conheça o projeto do Rodoanel, sendo
101 interessante levar o assunto para outras cidades do interior. Aponta que assistiu uma entrevista onde
102 o Secretário do Transporte, falando sobre a travessia urbana em Jangada/MT e que para garantir a
103 segurança da cidade, a estrada vai passar fora, sendo um assunto que pode ser a melhor solução. O
104 Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** aponta a importância de se ter um Urbanista nessa situação, para saber
105 se seria uma travessia com pistas mais largas, marginais auxiliares, sendo deslocar a cidade dentro
106 da faixa de domínio da Região Metropolitana. O Conselheiro comenta que é importante terem esse
107 conhecimento e que o CAU já solicitou o projeto, tendo como resposta o prazo de 60 dias. O **PRESI-**
108 **DENTE** relata que se não houve nenhuma objeção, será também encaminhado a todos os represen-
109 tantes no CODEM, no CMDE e em outras representações. A Plenária acata. O **PRESIDENTE** segue



110 com o Protocolo 634320/2018 sobre a indicação de um representante para compor a CEPT (Comissão
111 Especial de Preservação e Tombamento) e relata o nome do colega Thales Ávila Brito, indicado pelo
112 Conselheiro Carlos Oseko e mora em Cáceres/MT. Aponta que não tinham nenhum outro indicado em
113 Cáceres/MT, pois como não tem mais o pagamento de auxílio deslocamento, não houve interesse em
114 representantes de Cuiabá/MT. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** comenta que como o assunto já estava
115 a muito tempo em pauta, concorda com o procedimento, mas para os futuros representantes deveria
116 existir uma informação profissional da área que atua, o escritório ou talvez até um documento em que
117 ele esteja ciente dessa indicação. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** aponta que existem informações
118 para não acatarem essa indicação e como está sendo gravado, não pode expor o motivo, mas esse
119 nome não poderá ser indicado. O **PRESIDENTE** relata que com essa informação, ficaria suspensa a
120 indicação desse Arquiteto para uma avaliação futura. O **PRESIDENTE** aponta que era para participar
121 da Plenária um representante da T.I., mas que expôs na CAF, sobre se fazer as Plenárias quando
122 necessário através de mídias eletrônicas, por vídeo conferência. Relata que é sabido da dificuldade
123 dos Conselheiros do interior do Estado e que tentarão fazer esse vídeo conferência. Comenta que será
124 necessário fazer a assinatura eletrônica dos Conselheiros para os documentos de presença e delibe-
125 rações. O **PRESIDENTE** aponta que não se trata de nenhuma novidade, pois alguns locais já fazem
126 esse tipo de reunião e acredita ser uma maneira de estar atualizado com as tecnologias atuais. Co-
127 menta que agilizaria os trabalhos e economizaria os recursos da Instituição. O **PRESIDENTE** relata
128 que darão um andamento para que vire realidade. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** parabeniza a inici-
129 ativa, pois devem estar atualizados com as tecnologias e parece que as dimensões do estado de Mato
130 Grosso exigem isso. O Conselheiro relata que hoje vivem na era dos aviões a jato, dos satélites e
131 defende que Mato Grosso tenha o tamanho desejável, justamente por terem essas tecnologias. O
132 Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** comenta que se sente feliz pelo CAU trabalhar dessa maneira, mas tem
133 um temor, nada que seja inviabilizante, mas existe a necessidade do contato presencial, das discus-
134 sões, pois a comunicação virtual faz com que se careçam muito mais o contato físico, olho a olho e o
135 abraço. O Conselheiro acredita que deve ser verificado, a possibilidade de se fazer algo misto. O **PRE-**
136 **SIDENTE** aponta que não será para todos os Conselheiros e será consultado se o Conselheiro quer
137 ou não participar, se quer ou não utilizar o sistema eletrônico, mas as pessoas de Cuiabá/MT continu-
138 ariam participando. O **PRESIDENTE** gostaria que todos que residem em Cuiabá/MT, que continuassem
139 a participar das reuniões não de forma virtual. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** parabeniza novamente
140 e que devem abranger devido ao tamanho do Estado e o Presidente comenta que integrarão mesmo
141 as cidades mais longínquas, trazendo esses profissionais para mais próximo e escutá-los também. O
142 Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** comenta que com esse sistema, poderão trazer para as Plenárias os
143 Conselheiros Suplentes para acompanharem as ações do CAU, pois as vezes não podem estar pre-
144 sentes com os Titulares. O **PRESIDENTE** relata que os Conselheiros Suplentes estão muito tímidos e
145 que podem ficar à vontade. O **PRESIDENTE** comenta que sobre o assunto da entrega do Relatório de
146 Auditoria externa da BDO, o mesmo ficará para a próxima Reunião Plenária, mas adiante que está
147 tudo tranquilo. **ORDEM DO DIA:** O **PRESIDENTE** comenta que o Protocolo de análise das Prestação
148 de Contas Trimestrais, onde o Conselheiro Marcel é Relator e não está presente, também ficará para
149 a próxima Reunião Plenária. O **PRESIDENTE** relata sobre o Protocolo 95582/2013 e a Conselheira
150 Vanessa comenta que houve uma solicitação de Registro Profissional Temporário de Estrangeiro, po-
151 rém nunca foi entregue a documentação total necessária para esse processo. A Conselheira **VA-**
152 **NESSA** comenta que esse pedido é de 2013 e visto o passar do tempo de Registro Temporário, a
153 Comissão optou por indeferir o requerimento pela falta de documentação e finalizar o processo. O
154 Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** questiona sobre a validação na UFMT e a Conselheira Vanessa res-
155 ponde que ele não conseguiu validar e que seria fundamental. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** ques-
156 tiona se existe uma lei específica para validar e a Conselheira Vanessa faz a leitura da deliberação: "A
157 Comissão de Ensino e Formação do CAU/MT (CEF-CAU/MT), reunida ordinariamente em Cuiabá-MT
158 na sede do CAU/MT, no dia 04 de abril de 2018, no uso das competências que lhe conferem o Art. 94
159 do Regimento Interno do CAU/MT, manifesta-se sobre assuntos de sua competência, mediante ato
160 administrativo da espécie deliberação da Comissão de Ensino e Formação. Considerando a verificação
161 do andamento do processo de solicitação de Registro Profissional Temporário de Estrangeiros, con-
162 forme contrato de serviço por tempo determinado, de acordo com a Resolução 35/12, deliberou: a
163 Comissão de Ensino e Formação do CAU/MT acata o indeferimento deste requerimento de Registro



164 Profissional Temporário de Estrangeiro, de acordo com a Minuta do Parecer 002/2018 da Análise Téc-
165 nica." A Conselheira **VANESSA** comenta que como ele tinha um contrato na época e nunca retornou
166 com a documentação, passando 5 anos, não teria o porquê continuarem com o processo aberto. O
167 Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** questiona o que seria essa Minuta do Parecer e a Conselheira Vanessa
168 comenta que há uma minuta no documento da Analista Técnica. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** en-
169 tende que uma minuta é um rascunho e deviam aprovar o documento de acordo com o parecer. A
170 Conselheira **VANESSA** comenta que a Comissão acatou o parecer e o **PRESIDENTE** relata que a
171 Comissão acatou a minuta e agora precisaria acatar o parecer. O **PRESIDENTE** retorna o protocolo
172 para a Comissão de Ensino e Formação e a aprovação ficaria para a próxima Plenária. O Conselheiro
173 **JOSÉ DA COSTA** questiona se a Universidade teria falhado e a Conselheira Vanessa responde que
174 não, pois seria o profissional que deveria apresentar toda a documentação necessária para esse Re-
175 gistro Provisório e parecer que desistiu, pois nunca mais deu andamento no processo. A Conselheira
176 **VANESSA** aponta que o CAU quer resolver esse processo. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** tinha
177 entendido que o processo não prosperou, pois a Universidade não se manifestou homologando e a
178 Conselheira Vanessa aponta que não, pois o profissional que deveria juntar a documentação neces-
179 sária. O **PRESIDENTE** acredita que o mesmo já tenha ido embora também. O Conselheiro **JOSÉ DA**
180 **COSTA** questiona se o processo precisaria de parecer da Plenária e o Presidente comenta que é
181 necessário. O **PRESIDENTE** inicia os assuntos da palavra livre e a Conselheira Juliana relata que está
182 representando o Conselheiro Marcel e gostaria de comunicar que está fazendo uma análise através
183 de uma rede, até para que outras pessoas estejam incluídas nesse assunto e que foi aprovado pelo
184 Presidente André. O **PRESIDENTE** comenta que não há problema algum, pois transmitem a reunião
185 ao vivo e quanto mais divulgação melhor. O Conselheiro **GUILHERME** agradece a oportunidade de
186 participar da Plenária e conhecer melhor os trabalhos. Relata que no dia 02/05, vai pelo CAU, fazer
187 uma palestra aos alunos da UNIC Sinop/MT sobre valorização profissional. Comenta que compartilhará
188 o resultado dessa ação. O **PRESIDENTE** aponta que o Conselheiro Guilherme contribui com as ações
189 em Sinop/MT, representando o CAU. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** relata que na última reunião da
190 Comissão de Exercício Profissional, conversaram sobre a PL que questiona a Resolução 51 e da im-
191 portância extraordinária dessa discussão do CAU e dos profissionais. Acredita que a Resolução 51 é
192 o cerne da profissão e dependendo da maneira que será alterada, poderá ser fatal ao exercício profis-
193 sional. O Conselheiro comenta que a Presidência já deve estar participando dessas discussões como
194 Conselheiro Federal e ter uma atuação proativa nesse sentido, pois se um ficar esperando o outro, a
195 solução pode ser tardia. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** comenta que a outra questão seria sobre a
196 proposta de virar crime, o descumprimento da legislação pelo profissional Arquiteto, sendo um assunto
197 fundamental ao exercício da profissão. Relata que teve uma experiência certa vez, de um apartamento
198 que teve em um edifício antigo e que resolveram fazer uma reforma na tubulação. Aponta que solicitou
199 o projeto para verificar quem era o Responsável Técnico e a obra estava em andamento. O Conse-
200 lheiro **JOSÉ ANTÔNIO** comenta que entrou em contato com o CREA para interditar enquanto se dis-
201 cutia, para ter um embargo e descobriu que o CREA não tem esse poder de polícia. Relata que quando
202 precisam fazer um embargo, fazem um convênio com a Prefeitura que tem esse poder. O Conselheiro
203 **JOSÉ ANTÔNIO** relata que a alegação seria que, no caso dos Arquitetos, não se trata de crime e de
204 contravenção e que essa diferença é fundamental para entenderem. Questiona se as outras profissões
205 também fiscalizam. O Conselheiro comenta que no antigo Verdão, não aconteceu o jogo, pois não
206 tinha profissional e que o assunto da criminalização deveria ser trabalhado. O Conselheiro **JOSÉ AN-**
207 **TÔNIO** relata que devem ter uma conscientização de que se ganham mais, é porque são formados
208 para isso e isso dá a regalia social de desempenhar uma função, pois o risco é muito grande para a
209 sociedade. A Conselheira **VANESSA** relata que em relação a Comissão de Exercício Profissional, não
210 houve quórum na primeira reunião do mês, sendo remarcada e gostaria de solicitar a inclusão de mais
211 um Conselheiro na Comissão, pois já aconteceu por duas vezes não ter a reunião devido o quórum.
212 Comenta que são apenas três Conselheiros e o Presidente aponta que fará uma análise e solicitará
213 aos Conselheiros que participam de apenas uma reunião, de participarem desta também. A Conse-
214 lheira **VANESSA** aponta que conversaram também, de como podem criar propostas para levarem a
215 Brasília/DF e o que é necessário. Questiona se a proposta deve ser levada à Plenária e depois enca-
216 minhada e o Presidente comenta que esse é o caminho, pois aprovando em Plenária, pode já direcio-
217 nar ao CAU/BR. O **PRESIDENTE** comenta que o Conselheiro Federal auxiliará na defesa da proposta
218 ou solicitar sua vinda ao CAU/MT para convencê-lo das propostas. Aponta que podem encaminhar



219 também diretamente, sem o Conselheiro Federal. A Conselheira **VANESSA** relata que muitas vezes
220 discutem um assunto e acaba ficando sem sentido, a não ser que se dê uma continuidade. O **PRESI-**
221 **DENTE** relata que as Comissões precisam, além dos seus ritos, precisam fazer propostas de mudan-
222 ças de Resoluções, de comportamentos e atitudes. O **PRESIDENTE** solicita a todas as Comissões,
223 para proporem atitudes para o CAU, atividades, inclusive nesse segundo semestre. Comenta que está
224 na hora das Comissões fazerem propostas tanto para o CAU/MT, quanto para o CAU/BR. A Conse-
225 lheira **VANESSA** concorda e comenta que conseguiram colocar a casa em ordem. Acredita que as
226 duas PL's vão na contramão da outra, pois uma propõe a criminalização do exercício profissional ilegal
227 e a outra propõe o contrário. A Conselheira comenta que na reunião de Ensino foi discutido sobre os
228 moldes de formação no Brasil, pois são muito diferentes de outros países. A Conselheira **VANESSA**
229 relata que gostariam de levar isso adiante e o Presidente comenta que principalmente a questão do
230 ensino à distância deve ser amplamente discutido e aponta que é absolutamente contra. O **PRESI-**
231 **DENTE** relata que devem tomar uma atitude em relação a isso e a Conselheira Vanessa propõe justa-
232 mente o contrário, de propor a ampliação do ensino. O Conselheiro **GUILHERME** aponta que indo ao
233 encontro ao que foi falado pelo Conselheiro José Antônio, da questão da T.I e da redução de fronteiras,
234 que se tenha uma conversa com os profissionais em um Auditório ou em uma mesa de debate para se
235 usar essa tecnologia. O **PRESIDENTE** comenta que essa é a ideia mesmo, de ir aprimorando a comu-
236 nicação mais direta com todas as cidades do interior e o Conselheiro Guilherme comenta ser impor-
237 tante esse alinhamento com o discurso comum. O **PRESIDENTE** relata que estão aprendendo ainda,
238 mas a ideia é começar esse relacionamento com todas as cidades longínquas, começando de maneira
239 tímida até verificar o funcionamento real. O **PRESIDENTE** comenta que na palavra livre haverá esse
240 debate com os profissionais, sendo esse tipo de dinâmica e relacionamento. Aponta que será aberto
241 um diálogo com o Presidente também e é exatamente isso que o CAU/MT quer. O Conselheiro **GUI-**
242 **LHERME** comenta que como há um calendário pré-definido mensalmente, gostaria de se manifestar
243 para participar também, de ter a confirmação do Conselheiro Titular com antecedência para participar.
244 O **PRESIDENTE** aponta que já há uma norma de ter até 3 dias para se manifestar antes da reunião e
245 o Conselheiro José Antônio questiona onde está essa norma. O **PRESIDENTE** responde que consta
246 no Regimento Interno e que o CAU/BR solicitou alguns ajustes no mesmo e que será revisto nova-
247 mente o nosso Regimento. A Conselheira **JULIANA** comenta que em conversa com a Coordenadora
248 da UNIVAG do Curso de Arquitetura, aponta que desejam abrir um leque maior com outros profissio-
249 nais e o CAU, sobre esse assunto do impacto e da questão do ensino. A Conselheira **JULIANA** relata
250 que não verifica dentro do CAU essa participação de forma atuante e que deveria estar. Aponta que
251 existe uma hierarquia gigante em relação ao profissional da área e o Conselho, e essa comunicação
252 feita de forma planejada será importante, essa abertura. A Conselheira **JULIANA** comenta que na
253 Gestão passada e nos anos anteriores foi bem complicado, sendo relevante isso nesse momento. A
254 Conselheira **VANESSA** relata que essa aproximação entre as Instituições e o CAU será feita já, pro-
255 vavelmente no mês de maio, por meio de uma reunião com os Coordenadores e a CEF. Aponta que
256 as rodas de conversa serão frequentes para sanar os anseios existentes. O **PRESIDENTE** gostaria
257 que os Coordenadores de Arquitetura viessem para o CAU e os alunos, não o CAU ir até eles e evi-
258 dentemente não há um espaço físico, mas querem esses profissionais envolvidos na Arquitetura. O
259 **PRESIDENTE** relata que para os profissionais que estão na cidade, o CAU está aberto e que não tem
260 conhecimento de nenhuma solicitação da UNIVAG. Aponta que as solicitações da UFMT seriam sobre
261 o CAU representar por meio de cursos, onde a funcionária Layara ministraria os cursos de Tabela de
262 Honorários. Relata que as Universidades que tenham alguma questão, que venham ao CAU, pois a
263 equipe Técnica está disponível e preparada. O **PRESIDENTE** solicitou que a Layara ministre esse
264 curso para a Supervisora de Atendimento, a Coordenadora Técnica e os cinco Atendentes, ficando
265 capacitados para dar o curso individual ou coletivamente. Aponta que os estagiários poderão dar esse
266 atendimento também. O **PRESIDENTE** relata que essa Gestão quer que os profissionais venham até
267 o CAU, onde o CAU é a casa dos Arquitetos, um lugar de encontros. Aponta que se preocupa de
268 maneira muito grande, com essa questão do ensino a distância e comenta ser contra esse tipo de
269 ensino para o curso de Arquitetura. O **PRESIDENTE** informa que o CAU está aberto a todas as solici-
270 tações, de qualquer pessoa e antecipa que a partir do dia 03 de maio, a liberdade no CAU/MT estará
271 total. Comenta que todos os comentários do CAU passam por uma triagem, pois quando uma pessoa
272 faz um comentário, é feita uma análise para saber se podem ou não publicar aquela matéria. O **PRE-**
273 **SIDENTE** informa que todos os comentários serão publicados, exceto os que tenham palavras de baixo



274 calão, que tenham ofensas pessoais e política partidária. Comenta que fora isso, poderão falar mal do
275 CAU, criticar, dar sugestões, não tendo mais censura de espécie alguma e que podem criticar à von-
276 tade, pois estão aqui para escutar os Arquitetos. O **PRESIDENTE** relata que gostariam de mais suges-
277 tões, mas estão aberto as críticas e não tem problema criticar, apenas sem nada partidário, político e
278 que todas as sugestões e críticas serão atendidas na medida do possível. O **PRESIDENTE** relata que
279 algumas coisas não poderão ser resolvidas devido questões Regimentais, financeiras e outras admi-
280 nistrativas, mas que essa Gestão está aberta a qualquer coisa de todos os lados e não têm problemas
281 em receberem críticas. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** relata que a UNESCO instituiu no dia 03 de
282 maio, o dia Internacional de Liberdade de Expressão e também é comemorado o dia Internacional de
283 Liberdade de Imprensa. Aponta que nessa data será lançado no site do CAU/MT, uma campanha ela-
284 borada pelo pessoal interno, onde fizeram uma arte maravilhosa. Comenta que a funcionária Juliana
285 que fez as fotos e as pessoas das fotos são os estagiários do CAU, onde assinaram um documento
286 de cessão de imagem para poder ser veiculado. O Conselheiro comenta que a ideia é abrir o site do
287 CAU/MT e que não passará por censura alguma, onde a pessoa que fez o artigo ou que escreveu algo,
288 será convidado a retirar o que está ofensivo ou os palavrões, podendo refazer o seu texto sem mexer
289 no conceito da sua ideia, apenas para não se tornar ofensivo. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** relata
290 que cada pessoa é responsável pelo que diz e se caso se sentirem ofendidos, que busquem os canais
291 e que busquem seus direitos. O Conselheiro comenta que isso aconteceu devido as diversas posta-
292 gens do CAU/BR, por exemplo, que se não usarem as palavras corretas, não será possível a postagem.
293 O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** relata que já teve a experiência negativa de postar algo e só aparecer
294 o que é 100% legal e comenta que não será apenas para um dia, mas o quanto puder darem essa
295 liberdade. O Conselheiro aponta sobre a questão da aprovação de projeto simplificado, onde foi feito
296 um trabalho para revogar o Decreto 5825, editado pelo Prefeito Mauro Mendes, pois essa cidade tem
297 o tempo de aprovação de projeto mais longo do país. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** comenta que
298 tem projeto com mais de um ano para aprovação e isso em decorrência de procedimentos simples
299 para o Analista entender, simples para que os profissionais possam entender e o prejuízo é da socie-
300 dade, é geração de empregos, são profissionais que não vem para a cidade, com exemplo da *Plaenge*
301 que já teve 33 torres e agora tem 8, embora exista trabalho para isso. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA**
302 comenta que a minuta já está redigida para a Prefeitura e aponta que tiveram reuniões com o Prefeito,
303 com o Secretário na última quinta-feira e foi aberta uma agenda para que a cada 60 dias, o Prefeito
304 venha para o CAU, para acompanharem o processo. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** relata que está
305 pacificado com os Técnicos e Analistas da Prefeitura, que para aprovarem os projetos, é necessário
306 apresentar o Título de Propriedade do Imóvel e o projeto, uma implantação do projeto, com todos os
307 índices urbanísticos que interessam para a sociedade. O Conselheiro comenta que o restante, trata-
308 riam com seus clientes, pois parece que o Analista observa o projeto internamente e entende que o
309 profissional que deve ser responsável. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** aponta que conseguiram co-
310 locar nessa minuta, a separação do que é projeto e o que é execução de obra, pois isso vai aumentar
311 o mercado para todos os Arquitetos. Comenta que no interior do Estado o problema é grave sobre a
312 responsabilidade técnica e o Arquiteto deve vender esse trabalho também, fazendo um novo contrato
313 com prazos máximos, com apontamentos dos Técnicos e acredita que no mês de maio já estará tudo
314 aprovado. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** relata que será amplamente divulgado para poder agilizar
315 o processo de aprovação. Aponta que o trabalho tem que ser estendido para o interior também, se é o
316 mesmo profissional que é do território nacional, deveria valer para a capital e para o interior e respei-
317 tarem o trabalho dos Arquitetos. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** comenta que buscaram simplificar
318 ao máximo e a Conselheira Vanessa relata que conseguiram a abertura do Prefeito e da Gestão Mu-
319 nicipal, pois estão abertos a melhorar isso e a luta tem sido grande. Comenta que é um projeto com
320 intenção de estender a todo o Estado, entrando em contato com cada Prefeitura para consolidação
321 também. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** parabeniza esse tipo de solução e que tem um trabalho
322 escrito da década de 80 ou 90, que propunha justamente esse tipo de solução, pois para Prefeitura
323 influencia urbanisticamente e para registro no Cadastro Técnico Imobiliário, onde o terreno passou de
324 territorial para predial, sendo o que interessa. O Conselheiro aponta que ficar preso em alguma norma
325 não teria sentido e estudando, percebeu que essa normatização veio de quando se tinham poucos
326 Engenheiros ou Arquitetos, onde o Código de obras era quase um manual da construção, onde a
327 cozinha tinha que ter azulejo. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** comenta que tendo um Responsável
328 Técnico, tem alguém assinando e que não é a Prefeitura, sendo algo importante não apenas para o



329 Arquiteto, mas para a cidade. Entende que o empresário não é inimigo da cidade, mas é preciso atrair
330 os investimentos e facilitar, pois a cidade é construída para o cidadãos. O **PRESIDENTE** comenta que
331 a partir do dia 02 de maio, o CAU terá o horário estendido do Atendimento Técnico, das 08:00h às
332 18:00h. Relata que quando essa Gestão entrou, foi falado que era impossível isso devido os Concur-
333 sados terem sido aprovados para trabalharem 06:00h de expediente. O **PRESIDENTE** comenta que a
334 nova Gestão percebeu, que o Atendimento estava aumentando de uma maneira significativa e foi pre-
335 ciso contratar uma nova Atendente, pois o setor estava quase em colapso. Relata que conversaram
336 com a Supervisora de Atendimento, sendo o ideal terem cinco Atendentes, mas que não há espaço
337 para esses trabalharem. O **PRESIDENTE** aponta que chegaram a essa conclusão, com acordo da
338 Supervisora que achou interessante, pois a tarde o movimento é maior e atrapalha a concentração.
339 Comenta que ela foi transferida para o horário das 08:00 às 14:00h, contrataram mais dois Estagiários
340 e a Analista Técnica também solicitou trabalhar pela manhã, devido precisar de silêncio para os traba-
341 lhos. O **PRESIDENTE** comenta que conseguiram melhorar um anseio da sociedade e dos Arquitetos
342 e Urbanistas, com o atendimento presencial e por telefone. O **PRESIDENTE** comenta que os custos
343 das contratações ficaram em R\$ 1.600,00, sendo que os benefícios serão grande. Aponta que haverá
344 outras economias, pois antes se pagava ao CSC as ligações de 0800 para o período da manhã, agora
345 não precisará mais. O **PRESIDENTE** gostaria de deixar público o seu agradecimento aos colegas do
346 Estado de Mato Grosso, que contribuem com o CAU/MT pelas suas RRT's, pois são os Arquitetos que
347 mais realizam RRT's no Brasil. O **PRESIDENTE** relata que cada Arquiteto no Mato Grosso faz uma
348 média anual de 12 RRT's por ano, aproximadamente 1 por mês e que todos os Arquitetos liberais que
349 estão no mercado de trabalho, não seríamos considerados CAU intermediários. O **PRESIDENTE** co-
350 menta que há CAU's básicos com mais Arquitetos que o CAU/MT. Aponta que tem uma previsão de
351 arrecadação de R\$ 2.800.000,00, onde a previsão de arrecadação de anuidade é R\$ 700.000,00 e
352 R\$ 2.000.000,00 de RRT's. O **PRESIDENTE** agradece os profissionais, a valorização e a importância
353 que os Arquitetos e Urbanistas fazem com o CAU/MT e que tentarão retribuir isso de alguma maneira
354 no segundo semestre. Comenta que são Arquitetos que estão no mercado de trabalho e contribuem e
355 reconhecem a necessidade do seu Acervo Técnico e das suas RRT's. O **PRESIDENTE** relata que
356 apenas 30% dos profissionais não pagam Anuidades. Comenta que houve apenas uma RRT sobre
357 ensino, sendo profissionais liberais que fazem que o CAU/MT seja diferenciado. O **PRESIDENTE** co-
358 menta que poderão fazer uma Campanha no CAU sobre a PL e relata que tiveram uma reunião com o
359 Deputado Estadual Adilton Sachetti para defender e ajudar o CAU/MT sobre a PL. O **PRESIDENTE**
360 relata que ele é como um padrinho sobre esse apoio e o Conselheiro José Antônio comenta que ele é
361 Arquiteto. A Conselheira **JULIANA** gostaria de alguma Resolução, para dar amparo para quem quer
362 dar cursos profissionalizando em alguma área específica e que gostaria também do apoio do CAU.
363 Questiona se os Arquitetos podem ministrar esses cursos e ter o aval do CAU? Comenta que há pes-
364 soas que ministram cursos de aprovação de projetos na Prefeitura e nunca verifica o apoio institucional
365 do CAU. O **PRESIDENTE** comenta que todo apoio do Conselho deve ser legalizado, pode anunciar e
366 divulgar no site, mas não pode vincular ao nome do CAU e para acontecer tem que ter um rito e um
367 processo. Relata que como o Conselho vive basicamente de RRT, diferente de muitos CAU's que vivem
368 de Anuidades, é preciso ter uma segurança financeira para poder fazer ações, para poder ter uma
369 noção real e baseado em dados de anos anteriores, fazer um planejamento para o segundo semestre.
370 A Conselheira **JULIANA** questiona se então é preciso aval do CAU para ministrar esses cursos e a
371 Conselheira Vanessa comenta que em escolas de informática que ensinam sobre programas de apli-
372 cativos de Arquitetura, não é necessário nenhum tipo de apoio e fiscalização do CAU. A Conselheira
373 **VANESSA** comenta que em relação a cursos de ensinar a aprovar projetos, acredita que não teria
374 nenhum problema, pois é superficial. O **PRESIDENTE** comenta que a empresa de informática ensina-
375 ria como desenvolver um programa, não sendo ilegal e cabe ao Conselho verificar o exercício ilegal
376 da profissão. O Conselheiro **GUILHERME** que mesmo esses cursos de informática, ainda existe uma
377 responsabilidade e a Conselheira Vanessa comenta que não é preciso der conhecimento específico,
378 pois eles ensinam a ferramenta e o programa. O Conselheiro **GUILHERME** comenta ser complicado,
379 pois essa pessoa não tem o entendimento da profissão e a Conselheira Vanessa aponta que quem
380 tem que saber projetar é o Arquiteto. O **PRESIDENTE** relata que qualquer pessoa pode aprender o
381 AutoCAD, pois é apenas uma ferramenta. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** entende que tem cursos
382 que não precisariam, mas quem dá cursos de Luminotécnica, por exemplo, deveria fazer uma RRT no
383 mínimo. A Conselheira **VANESSA** relata que não é mais exigido para professores emitirem RRT e o



384 Presidente complementa que professor não precisa nem pagar Anuidade, podendo até pedir suspen-
385 são no CAU e exercer a função de professor. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** não considera professor,
386 quem ministra um curso de Luminotécnica, pois trata-se de uma empresa e que tem que ter um Res-
387 ponsável Técnico para isso. A Conselheira **VANESSA** comenta que é um professor que está dando
388 aula e o Conselheiro José da Costa não concorda, pois considera uma atividade. A Conselheira **JULI-**
389 **ANA** aponta que conhece alguns *Designers* que ministram esse curso também e deixa uma indagação
390 sobre e a Conselheira Vanessa comenta que se trata de exercício ilegal da profissão. O Conselheiro
391 **JOSÉ ANTÔNIO** aponta ser um assunto para ser levado a Comissão de Ensino e Formação e inde-
392 pendente de pagar RRT ou não, se alguém está ministrando cursos ligados diretamente à Arquitetura,
393 acredita que precisam ter pelo menos formação de Arquiteto. A Conselheira **VANESSA** comenta que
394 é uma falha da sociedade comprar essa ideia, esse curso, onde o mercado deve ser regulamentado.
395 A Conselheira aponta que esses vídeos institucionais devem ser levados para a sociedade, no site do
396 CAU/MT, de verificar a situação do mesmo junto ao CAU, levar no horário nobre para saberem o que
397 seria o CAU. A Conselheira **VANESSA** relata que a sociedade não sabe o que é um projeto Arquitetô-
398 nico e lamenta que os colegas comprem esse tipo de curso. A Conselheira **JULIANA** comenta que até
399 a pessoa que compra esse curso, não sabe que deve ter uma atribuição e seria interessante o CAU
400 certificar a legalidade. A Conselheira **VANESSA** acredita que não é dessa maneira e relata que a al-
401 guns anos se inscreveu em uma pós-graduação que o CAU divulgou, mas o curso era péssimo, mas
402 como o CAU mandou o convite se inscreveu. Aponta que o CAU teria que conhecer a fundo tudo, a
403 grade, sendo complicado. A Conselheira **VANESSA** acredita que devem ensinar à sociedade sobre o
404 CAU, para saberem verificar o profissional ativo no site, sobre as RRT's e outras coisas. A Conselheira
405 **JULIANA** comenta que deve ser feita uma forma de abordagem orientativa sobre isso e não punitiva.
406 O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** acredita que seria uma questão da fiscalização, verificar esses cursos
407 novos e verificar se há um Responsável Técnico e outras coisas. O **PRESIDENTE** sugere que montem
408 um projeto de esclarecimento à sociedade, da importância e relevância do que é Arquitetura e Urba-
409 nismo e o Arquiteto, pois a sociedade não sabe a diferença do que é Arquiteto e Engenheiro. O **PRE-**
410 **SIDENTE** comenta que o Arquiteto precisaria de quem faça isso, dessa informação à sociedade e o
411 Conselheiro Carlos questiona qual seria o veículo. O **PRESIDENTE** não sabe qual será e o Conselheiro
412 Carlos comenta que tem conhecimento pelo rádio, sendo interessante para a sociedade, pois ainda
413 acham que o CAU estaria vinculado ao CREA. O **PRESIDENTE** comenta que talvez seja necessário
414 contratar uma empresa de Comunicação e Marketing, para esclarecer a sociedade sobre o que é o
415 Arquiteto e Urbanista e que o dinheiro arrecadado, o superávit, tem que ser destinado para isso. Relata
416 que nessa Gestão não irão gastar mais do que arrecadar e que em todos os anos haverá sempre
417 superávit. O **PRESIDENTE** relata que até 30 de abril de 2018, terão em caixa R\$ 330.000,00 e ano
418 passado tinham R\$ 200.000,00 e que essa Gestão não diminuirá o saldo. Comenta que as ações serão
419 feitas com cautela, gastando apenas o necessário e que posteriormente farão uma discussão mais
420 ampla. O **PRESIDENTE** aponta que farão ações no segundo semestre. Nada mais havendo a relatar,
421 o Presidente **ANDRÉ NÖR** declara encerrada a reunião às 10:50h, lavrando-se a presente Ata a As-
422 sistente Administrativo **EVELIZE DA SILVA BARBOSA** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



André Nör

Presidente do CAU/MT



Evelize da Silva Barbosa

Assistente Administrativo